

Ecologia de Saberes na Educação do Campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do SIECS

Maria Elizabeth Souza Gonçalves¹

¹Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Departamento de Educação. Campus VII. Rodovia Lomonto Junior BR - 407, Campo Clube. Senhor do Bonfim - BA. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: lizabethgoncalves@hotmail.com

RESUMO. Com o tema “Terra, Trabalho e Educação” o Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido (SIECS), sediado no IFBA de Juazeiro-Bahia, nos dias 17 a 19 de novembro de 2016 já apontava no seu processo organizativo uma perspectiva pluralista de pensar engajadamente o conhecimento sobre Educação do Campo, com a contribuição de um coletivo plural e portador de saberes diversos: Academia, Movimentos Sociais do Campo, Movimento Estudantil e Artistas. Esse trabalho objetivou descrever analiticamente a experiência do SIECS, utilizando-se como procedimentos metodológicos a pesquisa documental na página eletrônica do evento, os registros pessoais, os momentos de avaliação coletiva e a Carta Política do SIECS apresentada no final do evento. Sob a égide de uma ecologia de saberes (Santos, 2010), o evento partia tanto da convicção de que o fortalecimento da Educação do Campo não prescinde do diálogo com os saberes tradicionais e com as artes, quanto buscava reforçar o caráter científico desse campo como área de conhecimento sólida. Os resultados apontam o SIECS como espaço contra-hegemônico no fortalecimento da luta pela terra, pela educação, por qualidade de vida para todos, construído numa perspectiva descolonial que assume o lugar, o tempo e os sujeitos nas suas diversas relações de poder.

Palavras-chave: Ecologia de Saberes, Educação do Campo, Política Pública.



Ecology of Knowledge in Rural Education as epistemological and societal alternative: the SIECS

ABSTRACT. With the theme “Land, Labor and Education”, the Interterritorial Seminary of Rural Education in Semiarid was hold in the city of Juazeiro, Bahia, from 17 to 19 November, 2016, pointing out in its organizing process a pluralist perspective by thinking engagemently the knowledge about Rural Education, with the contribution of a plural group that had different knowledge: Academy, Rural Social Movements, Student Movement and Artists. This paper aimed to describe analytically the SIECS experience, using as methodological instruments the documental research in the electronic event page, the personal notes, the collective moments of evaluation moments and Political Letter of SIECS, showed at the end of the event. Related to ecology of knowledge (Santos, 2010), the event aimed both to home the comprehension that scientific progress in this knowledge field depends on its dialogue with the traditional knowledge and the Arts and to qualify Rural Education as scientific field with hard knowledge area. The results pointed out the SIECS as contra-hegemonic space to strengthen the struggle by land, education, quality of life for all, constructed in a *descolonial* perspective where place, time and being are seen in different power relationships.

Keywords: Ecology of Knowledge, Rural Education, Public Policy.

Ecología de Saberes en la Educación del Campo como alternativa epistemológica y societal: experiencia del SIECS

RESUMEN. Con el tema "Tierra, Trabajo y Educación" el Seminario Inter-territorial de Educación del Campo en el Semiárido, acogido en el IFBA-BA, los días 17 al 19 de noviembre de 2016 ya apuntaba en su proceso organizativo una perspectiva plural sobre Educación del Campo con la contribución de un colectivo portador de saberes diversos: Academia, Movimientos Sociales del Campo, Movimiento Estudiantil y Artistas. Ese trabajo objetivó describir la experiencia del SIECS, utilizando como procedimientos metodológicos la investigación documental en la página electrónica del evento, los registros personales, los momentos de evaluación colectiva y la Carta Política del SIECS presentada a finales del evento. Bajo la égida de una ecología de saberes (Santos, 2010), el evento partía tanto de la convicción que el fortalecimiento de la Educación del Campo no prescinde del diálogo con los saberes tradicionales y con los artes, cuanto pretendía reforzar el carácter científico de ese campo como área de conocimiento sólida. Los resultados apuntan el SIECS como espacio contra-hegemónico en el fortalecimiento de la lucha por la tierra, por la educación, por calidad de vida, construido en una perspectiva descolonial que asume el lugar, el tiempo y los sujetos en sus diversas relaciones de poder.

Palabras clave: Ecología de Saberes, Educación del Campo, Política Pública.

Introdução

Com apenas duas décadas de seu nascimento a fórcepsⁱ realizado pelos Movimentos Sociais do Campo de quem também foi embrionada, a Educação do Campo traz em sua essência o compromisso de engajamento com as questões concretas de homens e mulheres do campo nas diferentes faixas etárias, distribuídos por esse Brasil plural em etnias, territórios, formas de vida, de trabalho, de existência.

Embora curto espaço de tempo em confronto aos séculos de silêncio quanto aos direitos dos sujeitos do campo, essas duas décadas têm sido exitosas no que concerne à presença e afirmação da Educação do Campo no ordenamento jurídico brasileiro, na consequente oferta de políticas públicas, e especialmente na consolidação da Educação do Campo como área de conhecimento.

Jesus (2006), no âmbito do I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo realizado pelo Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária - PRONERA - e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI em setembro de 2005 em Brasília, já problematizava sobre as múltiplas inteligibilidades - os modelos de racionalidades, de perspectivas

epistemológicas que orientam as práticas sociais, a produção acadêmica e a resistência na qual se assentam - na produção dos conhecimentos com ênfase na contribuição dos movimentos sociais e sindicais do campo, chamando a atenção para o alargamento de possibilidades de compreensão do mundo a partir de diferentes teorias, contextos, subjetividades e utopias, acrescentando que essa compreensão exige um modo de pensar muito mais relacional do que dual.

Sá e Molina (2010) destacam que a militância tão presente nas pesquisas sobre Educação do Campo tem sido acompanhada de um esvaziamento teórico dos trabalhos, o que compromete a maturidade acadêmica tão indispensável à luta albergada pelos Movimentos Sociais do Campo. A demarcação do território teórico não prescinde de referenciais consistentes e em sintonia com os propósitos de construção de conhecimento engajado, e da consolidação de uma nova epistemologia plural.

Santos (2014) analisa o diálogo entre conhecimento científico e o conhecimento de uma comunidade quilombola localizada em Livramento de Nossa Senhora (BA) sobre o uso de plantas medicinais com finalidade curativa, no âmbito do Projeto Ecopedagogia e Identidade Cultural, elaborado para concorrer ao Edital nº 001/2012, da Secretaria Estadual de Meio

Ambiente (SEMA), com a finalidade de selecionar projetos de Educação Ambiental a serem financiados pelo Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (FERFA), e realizado pela Associação do Semiárido da Microrregião de Livramento. Os resultados apontam a supremacia do modelo hegemônico de cuidado com a saúde onde os padrões técnico-científicos sufocam e inibem saberes tradicionais que se mantiveram vivos, ainda que na subalternidade, especialmente, quando os serviços de saúde ancorados nos saberes científicos não chegam em quantidade e qualidade suficientes para garantir o direito à saúde dos povos tradicionais do campo e da cidade.

Pessoa e Rigotto (2015), numa tese doutoral em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará, sob a égide de uma epistemologia descolonial que valoriza tanto a pluralidade interna quanto externa da Ciência e o contexto do semiárido, sistematizam a compreensão da saúde humana e das necessidades de saúde dos nordestinos a partir do diálogo das experiências das pesquisadoras tanto nos serviços de saúde como nas práticas de ensino e pesquisa, adotando para tanto o enfoque narrativo autobiográfico, com firme propósito, numa pesquisa engajada, de fortalecer/criar práticas/saberes emancipatórios na Estratégia da Saúde da Família para o povo nordestino.

Observa-se que de um lado tem-se a inquietação de pesquisadores da Educação do Campo sobre a monocultura científica nessa área de conhecimento e ainda em alguns momentos a ausência de uma solidez teórica. E por outro lado, vê-se a demanda de uma produção acadêmica, não apenas no campo da educação, sob uma perspectiva epistemológica que valoriza o diálogo de saberes; uma ecologia de saberes que dá visibilidade a conhecimentos não científicos e valoriza a pluralidade interna da ciência e sua utilização contra-hegemônica, a favor de inúmeros povos e sujeitos históricos e geograficamente silenciados.

Mas, que perspectivas epistemológicas dariam conta da produção de uma área de conhecimento engajada e comprometida com a diversidade dos sujeitos do campo que se assumem protagonistas de suas vidas e entendem que a consolidação de qualidade de vida para mulheres e homens do campo se afirma num projeto societal emancipador para além do campo? A maturidade teórica que se busca nessa área de conhecimento dá sustentação à certeza que os Movimentos Sociais do Campo têm de que o latifúndio da terra só desmorona com o desmonte do latifúndio do saber. Que bases teóricas são assumidas e qual sua coerência metodológica nas pesquisas realizadas, nos grupos de trabalho constituídos e nos

espaços de difusão do conhecimento acumulado em Educação do Campo?

Nesse sentido, utilizamos a experiência do Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido - SIECS como lócus para problematizar essas questões e outras assumidas no âmbito da definição do evento: quais os principais desafios e entraves que se colocam à Educação do Campo no processo de desenvolvimento territorial dos Territórios de Identidade Piemonteⁱⁱ Norte do Itapicuru e Sertão do São Francisco-Bahia, no semiárido baiano? Como o currículo dos cursos de formação de professores e professoras para a educação básica ofertado pelas instituições de ensino superior públicas nestes territórios tem apresentado a Educação do Campo? Como articular práticas de ensino, pesquisas, experiências diversas para além dos muros da Universidade no fortalecimento da Educação do Campo e no desenvolvimento territorial? Como fortalecer a Articulação Interterritorial para Educação do Campo como espaço permanente de reflexão, crítica e proposição de políticas públicas e práticas territoriais emancipatórias? Qual o chão epistemológico sobre o qual se assentam as produções acadêmicas na Educação do Campo e qual o impacto disso na desestabilização de eixos de poder concernentes ao trabalho, ao gênero, ao

sexo e à idade? Como o atual contexto político-econômico brasileiro de desmonte de direitos sociais pode influenciar no processo de afirmação da Educação do Campo? Essas questões nortearam tanto o ideário de constituição do SIECS como as temáticas, metodologias, ambientação, apresentações e proposições (Siecs, 2016).

Este trabalho é um relato de experiência de quem integrou o coletivo de organização do Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido e participou de várias formas na execução do evento: integrando mesa de prosa, coordenando roda de diálogos e ainda como observadora-participante de vários momentos do processo. A escrita é fruto tanto das percepções, observações e vivências da pesquisadora, da Carta Política construída no final do evento, como da escuta engajada dos pares que integram a Articulação Interterritorial para fortalecimento da Educação do Campo no Semiárido no encontro de avaliação após a execução do evento.

O relato, além de divulgar o resultado do Seminário, destacando sua importância como espaço contra-hegemônico (Gramsci, 1999) no fortalecimento da luta pela terra, pela educação, por qualidade de vida para todos e todas, objetiva descrever e refletir uma prática acadêmica de disseminação/propagação de saberes para a

comunidade científica, assumindo-se que a base epistemológica que norteia tanto a prática quanto a de conhecimento há de ser pluralista, descolonial que assume o lugar, o tempo e os sujeitos nas suas diversas relações de poder (Moldonado-Torres, 2010).

Os sentidos e materialidades do Seminário Interterritorial de Educação do Campo no semiárido

Utiliza-se como procedimentos metodológicos para dar conta da descrição e análise do evento de difusão e diálogo de saberes, a pesquisa documental na página eletrônica do evento onde se elucida o projeto do Seminário que também ajudamos a construir, os registros pessoais feitos ao longo dos três dias do evento, os momentos de avaliação coletiva, realizados durante e após o encerramento do evento e a Carta Política do SIECS apresentada ao final do evento.

O lugar de onde se olha, reflete e problematiza o Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido foi aquele ocupado por uma professora da disciplina de Educação do Campo de um curso de licenciatura em Pedagogia, de uma Universidade Pública baiana, que nos últimos trinta anos tem preparado para o mundo do trabalho centenas de professoras e professores que são responsáveis por formar os sujeitos do campo, e que

atualmente integra, junto com professores e professoras de sua instituição e outras de Ensino Superior, artistas, sindicatos, organizações não governamentais, uma Articulação Interterritorial para Fortalecimento da Educação do Campo no Semiárido, no âmbito dos Territórios de identidade Piemonte Norte do Itapiciru e Sertão do São Francisco. É, portanto, um olhar engajado e comprometido com causas concretas do seu fazer pedagógico e da sua opção política por uma Educação do Campo emancipatória. É ainda o olhar de quem assume que o envolvimento com questões concretas dos sujeitos do campo, entendendo o capitalismo como eixo central de poder que afeta pessoas e vulnerabiliza coletivos sociais, não amarra nem restringe o percurso teórico a uma única perspectiva epistemológica e nem prescinde do diálogo permanente com outros saberes construídos para além do chão da ciência.

Entende-se que a consolidação da Educação do Campo como área de Conhecimento exige uma base teórica sólida em comunhão com uma metodologia coerente, e especialmente compreende-se que a Educação do Campo se assenta no diálogo permanente com os Movimentos Sociais do Campo e se firma no compromisso explícito com a qualidade de vida dos povos do campo. Nesse sentido, o desafio que se apresenta é tenso:

qualificar o discurso científico numa ampla interação com os saberes dos povos tradicionais, com as artes e outras tantas formas de compreender e intervir no mundo.

Os fundamentos teóricos e epistemológicos da produção acadêmica permitem a compreensão do objeto com vistas à intervenção; Não basta a mera descrição do mundo, pois distancia o caráter político interventivo que a ciência deve ter. Assume-se uma pesquisa engajada, a serviço da qualidade de vida para todos e todas, onde se compreende o mundo para melhor intervir (Mama, 2010). Conhecimentos situados num tempo e espaço, localizados, a serviço da desestabilização de eixos de poder nas relações de gênero, de idade, de sexo e de trabalho que vulnerabilizam inúmeros sujeitos nesse Brasil plural e multicultural. Ciência engajada e militância são, portanto, dimensões diferentes e complementares na constituição de uma ecologia de saberes que dê sustentação à luta dos povos do campo que têm na Educação do Campo o canal de acesso para outros direitos.

Opta-se, para tanto, compreender o mundo numa clara assunção de que as injustiças sociais estão diretamente estabelecidas em formas injustas de produzir conhecimentos e validá-los, de que há uma geopolítica de poder que

reverencia alguns lugares e sujeitos e os saberes deles advindos, negando tantos outros (Santos, 2010; Moldonado-Torres, 2010).

Opta-se ainda por aceitar que embora o capitalismo seja a grande estrutura mundial de poder, o seu controle não se dá apenas no trabalho, como pensavam os marxistas ortodoxos, mas nas relações de gênero, de raça e de sexo. Assumir o materialismo histórico dialético como único chão epistemológico de análise e compreensão da realidade é desconsiderar que as relações de produção acontecem dentro de subjetividades. Uma pessoa pode ocupar uma posição na disputa do controle de trabalho e outra bem distinta em relação ao gênero (Quijano, 2010).

Assim, assume-se no materialismo histórico o pensamento comprometido com a intervenção no mundo, a análise do fenômeno a partir de seus elementos constitutivos e seu contraditório (Triviños, 1987) e a sua importante contribuição no entendimento do capitalismo como eixo central de poder - para além, no entanto, da tese de Marx e Engels (1999) da relação meramente de capital e trabalho.

Assume-se a Educação do Campo como campo de conhecimento em amplo processo de afirmação que tem se estabelecido no materialismo histórico, por ser, dentro da lógica de racionalidade eurocêntrica da pesquisa social a

perspectiva epistemológica que mais se aproxima do sentido da luta por vida digna, por emancipação, por garantia de direitos que os povos do campo clamam. No entanto, entende-se que a colonialidade de poder - aqui assumida como a hegemonia do pensamento eurocêntrico na cultura do mundo capitalista o que ocasionou uma mistificação de perspectiva da realidade e permitiu a naturalização de relações de dominação/exploração (Quijano, 2010) - é indispensável ao capitalismo como estrutura mundial de poder, cujas necessidades atuais se configuram nas relações intersubjetivas de dominação sob a égide do eurocentrismo e nesse sentido faz-se necessário um novo enfoque epistemológico que faça referência à raça, ao sexo, a idade, e, conseqüentemente, às questões espaciais, territoriais e à experiência. Quijano (2010) nos diz que

a luta contra a exploração/dominação implica, sem dúvida, em primeiro lugar o engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. (Quijano, 2010, p. 126).

Assume-se também a Educação do Campo como direito fundamental cujo acesso permite a garantia de outros tantos direitos, à luz do que nos afirma Ranieri (2013, p. 53) de que “o direito à educação representa a indivisibilidade e a

interdependência de todos os direitos humanos”. E no que tange à Educação do Campo as repercussões do acesso à escola de qualidade não pode prescindir da melhoria da infraestrutura das escolas, das estradas, de saneamento básico, de transporte de qualidade, de acesso à água, energia elétrica, à internet e a tantos outros insumos e processos. “Ao compreender e questionar os padrões de organização social, política e jurídica da sociedade em que vive, o indivíduo se torna habilitado a prever, desenvolver raciocínios e atuar dentro de padrões condizentes com a dignidade humana” (Ranieri, 2013, p.59).

Assim, apoia-se em Arroyo (2015) ao afirmar que uma nova concepção de Educação do Campo está inteiramente comprometida com um novo projeto social que supera a dicotomia campo e cidade, entendendo que se faz necessário superar a lógica do capital que coisifica os sujeitos e, nesse sentido, engajar-se com a luta maior que coloca os sujeitos na centralidade do debate.

Com isso solucionam-se as questões emergentes dos territórios materiais e imateriais e aprofundam-se os significados, a organização pedagógica e a perspectiva epistemológica concernentes à Educação do Campo, constituindo-se alternativas válidas às coletividades e subjetividades e aos enfrentamentos ao sistema escolar tradicional ainda vigente.

O debate sobre Educação do Campo numa perspectiva emancipatória que assume o campo como lugar onde uma diversidade de sujeitos (em idade, sexo, raça) vivem, trabalham e produzem existência remonta há pouco mais de duas décadas. Os Movimentos Sociais do Campo protagonizaram esse processo dando visibilidade à inexpressiva presença no ordenamento jurídico e nas políticas públicas brasileiras dos direitos das crianças, jovens, adultos e idosos camponeses, exigindo uma escola do campo que atendesse aos interesses dos sujeitos do campo. Além disso, esses Movimentos assumiam que a luta pela terra não prescindia do acesso de homens e mulheres do campo, nas diferentes faixas etárias, ao conhecimento historicamente produzido. Essa firmeza de propósito e a luta dela decorrente tiveram implicações significativas no postulado da Educação do Campo como direito e não esmola, refrão de uma canção que todo militante da Educação do Campo conhece: “não vou sair do campo para poder ir para a escola; educação do campo é direito não esmola”.

A presença da Educação do Campo no ordenamento jurídico brasileiro se dá timidamente na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 e desde então ascende-se à materialização do direito em normas do Conselho Nacional de Educação, como foi

a Resolução 01/2002 da Câmara da Educação Básica que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo. Em 2008, este mesmo Colegiado apresenta a Resolução CEB 02/2008, na qual se estabelecem Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

A maturidade do direito à Educação do Campo no sistema jurídico foi fortalecendo a política da Educação do Campo. A produção de material didático com investimentos do Governo Federal em pesquisa, produção, difusão e distribuição, aliado a sua disponibilização em domínio público; a criação da Secretaria de Educação Continuada, Diversidade, Alfabetização e Inclusão - SECADI, no âmbito do Ministério da Educação cuja atuação abarca a formação de gestores e educadores, a produção e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, a disponibilização de recursos tecnológicos com vistas a diminuição das desigualdades educacionais e ampliação dos processos de inclusão e de respeito às diferenças. A SECADI tem sido um importante espaço de interlocução dos povos do campo – indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhos, caiçaras, povos da floresta com o Estado brasileiro. As políticas da Educação do Campo têm sido provocadas

a pensar nas especificidades do campo tendo como referência seus sujeitos, nas múltiplas diferenças que eles comportam. Sobre essa questão, Arroyo (2008) esclarece que

A Educação do Campo deve ser diferente porque o campo é diferente, mas a pergunta que se coloca com muita urgência é: o que é específico do campo? O que torna o campo específico, sujeito de políticas específicas de educação, neste caso? O que torna o campo diferente, específico, são os sujeitos do campo. Não é o currículo, não é o calendário, não é o não-seriado; o que torna o campo diferente são os sujeitos do campo que são diferentes. É necessário fazer uma análise respondendo a essas questões. Sobre a Educação Infantil, por exemplo, a primeira pergunta a ser feita não é se tem supervisor, se tem isto ou aquilo, mas quem é essa infância do campo? Se falta a pergunta sobre os sujeitos não acertamos nada depois. O que deve se perguntar é que criança é essa, que pré-adolescente é esse? Qual é a especificidade de ser criança no campo, na vila, na favela, no bairro chique, no apartamento de cobertura? A grande diferença são os sujeitos humanos e pouco sabemos sobre eles, gastamos pouco tempo para responder quem são eles e quais são suas especificidades humanas. Que é ser mulher no campo? O que é ser homem no campo? O que é ser indígena no campo? O que é ser quilombola no campo? O que é ser camponês no campo? O que é ser homem da floresta no campo? (Arroyo, 2008, p. 47-48).

É a Educação do Campo que se embriona dos movimentos sociais campesinos na luta pela terra e pelo direito

de viver no campo com dignidade que adentra nas instituições de ensino e de pesquisa como área de conhecimento ao tempo em que também se firma no ordenamento jurídico e na esfera estatal como política pública, é o seu percurso, seus sentidos e materialidades na atual conjuntura política, econômica e social do país que centraliza a realização do SIECS. É esse fenômeno societal que tem ganhado visibilidade e assumido uma dimensão ampla de educação, exigindo processos engajados e comprometidos com a plenificação do homem na recondução da sua humanização (Caldart, 2002) que é objeto de reflexão.

Foi, portanto, no contexto político brasileiro de afastamento inconstitucional da Presidenta Dilma Rousseff, de desmonte de direitos sociais pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e (PEC 55 no Senado), da Reforma da Previdência que vulnerabiliza trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, do Projeto de Lei de criação da Escola sem Partido e ainda da Reforma do Ensino Médio que retira do currículo as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física que o Seminário Interdisciplinar de Educação do Campo no Semiárido foi pensado, construído e vivenciado.

O Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido (SIECS) foi construído e executado por um

coletivo de organizações não governamentais, grupos de artistas e instituições de ensino superior denominado Articulação Interterritorial para fortalecimento da Educação do Campo no Semiárido, com o propósito de consolidar a Educação do Campo como política pública e como área de conhecimento. Com o tema “Terra, Trabalho e Educação”, o evento tinha como objetivos a) Mobilizar gestoras e gestores públicos, organizações sociais, instituições de ensino e pesquisa; professoras, professores, pesquisadoras, pesquisadores, estudantes e movimentos sociais para o debate em torno da política de Educação do Campo na rede pública de ensino, a partir de uma análise crítica de seu percurso, os desafios e as possibilidades dentro dos territórios e municípios; b) Socializar e dar visibilidade às produções acadêmicas sobre Educação do Campo; c) Analisar a conjuntura política, econômica, cultural e midiática e seus desdobramentos nos direitos de trabalhadores e trabalhadoras camponeses; d) Implementação da Política de Educação do Campo nos programas de desenvolvimento do Semiárido (Siecs, 2016).

O Seminário oportunizou como previu: Mesas de Prosa com análises de conjuntura e debates; Rodas de Conversa com sessões de comunicação agregando temas diversos relacionados à Educação do

Campo no Semiárido com ênfase nos sujeitos; exposição de pôster; Tendas artísticas com música, poesia, teatro, dança, cordel; Feira Cultural onde os pequenos produtores dos municípios abarcados expuseram e comercializaram seus produtos; Um painel de mensagens onde os participantes deixaram suas impressões e aprendizagens e uma ciranda com crianças que presentearam os participantes com mudas de plantas do bioma caatinga e a proposição de uma carta política onde se apresenta à sociedade o evento realizado, seus objetivos, os sujeitos envolvidos, atividades propostas e realizadas, reafirmando tanto o rompimento da dicotomia cidade/campo, quanto a necessária ampliação dos direitos sociais, dentre eles a educação.

O diálogo permanente dos processos educativos com a arte foi o ponto forte do evento, tanto nos colóquios, nas tendas, nas exposições teatrais e musicais em vários momentos do Seminário. Somou-se ainda a participação de líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, problematizando não apenas as temáticas, mas os jeitos de se produzir e divulgar saberes, os tipos, os destinatários e beneficiários dos saberes. A denúncia à influência do capitalismo internacional na vida social, econômica, cultural e política de países como o Brasil, expressa nas políticas agrícolas que favorecem o

agronegócio em detrimento da agricultura familiar, foi uma das temáticas debatidas nas mesas.

Nas proposições da Carta, a partir das discussões da terceira mesa de prosa da qual tivemos a oportunidade de participar como uma das interlocutoras, foi sugerida uma mobilização nacional contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, provocada pelo debate sobre as implicações dessa Emenda Constitucional no desmonte da Política Educacional Brasileira, inviabilizando o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e pulverizando os avanços da Educação do Campo, e a favor da aproximação das instituições de Ensino Superior das pautas da classe trabalhadora, e dos tantos sujeitos invisibilizados.

Dentre os grandes desafios, está a superação da narrativa colonial que marginalizou e excluiu os povos do campo de um processo educativo escolar emancipador. O distanciamento das instituições de ensino superior das pautas da classe trabalhadora, especialmente, dos cursos de licenciaturas, do debate sobre o campo brasileiro e a Educação do Campo, têm reforçado esta narrativa, que se sustenta na ideia de um conhecimento universal inquestionável, na ciência como única forma de produção de conhecimentos e única lógica possível. As Universidades e Institutos Federais necessitam dialogar com a Pedagogia Alternância; a pedagogia dos movimentos sociais não apenas como metodologia, mas, como princípio de

organização do trabalho formativo também no ensino superior. A Educação Contextualizada deve ser fortalecida nas redes de ensino, orientando o debate da Educação do Campo, recuperando assim, a Convivência com o Semiárido como lastro político-educativo indispensável. (Carta Política do SIECS, 2016).

O SIECS significou um importante momento de reflexão do vínculo da Educação do Campo com as lutas sociais de mulheres e homens do campo nas mais diferentes idades e ainda de retomada histórica dos avanços da Política da Educação do Campo no Brasil nas últimas décadas.

Destacou-se nesse evento como os Movimentos Sociais têm forçado e ajudado a construir respostas a problemas sociais postos como o reconhecimento do campo como lugar de vida de sujeitos de direito e neste curso têm entrado em espaços vitais de produção de poder, a exemplo das Universidades e lá têm encontrado pesquisadores e pesquisadoras engajadas e comprometidas em construir novos discursos, práticas e uma ordem contra-hegemônica.

As Mesas de prosa fizeram análise de conjuntura e das estratégias e táticas para o campo brasileiro; problematizaram a Educação do Campo no Semiárido Brasileiro e ainda refletiram sobre a presença da Educação do Campo no Plano Nacional de Educação, os desafios e

possibilidades de alcance das metas do PNE face às mudanças ocorridas no cenário político brasileiro.

As Rodas de Conversa abarcaram as comunicações de artigos e pôsteres, com temas diversos como a gestão educacional, a formação de professores/as, a educação básica, a educação profissional, a educação de jovens e adultos no campo; a articulação entre o conhecimento científico e as lutas sociais; a agroecologia; a articulação entre terra, trabalho e educação e a educação contextualizada no Semiárido.

Já os Grupos de Diálogos abordaram a política de educação profissional no campo; a Pedagogia da Alternância; a arte como elemento formativo; as escolas do campo multisseriadas; a juventude do campo; as tecnologias assistidas e a acessibilidade comunicacional e os desafios das Instituições de Ensino Superior para o fortalecimento da pós-graduação voltada aos povos do campo.

As Tendas foram espaços abertos que albergaram a contação de histórias, a musicalidade, a poesia, as prosas; a produção de material didático; as tecnologias na educação; a medicina popular; o debate sobre a democracia e as formas de resistência; o empoderamento das mulheres, e, ainda, o lançamento de livros.

A Carta ainda problematiza sobre a necessidade de se recuperar os princípios

da pedagogia do oprimido e da esperança de Paulo Freire (1967), ampliando as estratégias de luta, o trabalho de base sob a égide da dialogicidade e da politicidade.

Ressaltamos, por fim, a necessidade urgente de construção da unidade da classe trabalhadora (estudantes, profissionais de educação, profissionais de saúde, agricultores/as familiares, movimentos sociais, organizações sindicais, empreendedores solidários, servidores públicos, dentre outros) para o enfrentamento do projeto de exclusão que ameaça os mais pobres, retrocede em décadas os avanços sociais no Brasil e ameaça o estado democrático de direitos. A Educação do Campo, consolida-se, portanto, como condição para o fortalecimento desta luta e o I SIECS como espaço de resistência dos povos do campo organizados e toda a classe trabalhadora. (Carta Política do SIECS 2016).

O SIECS 2016 se apresentou como um importante espaço de interlocução, de ecologia de saberes, com a clareza de que o fortalecimento tanto dos saberes tradicionais, da arte, da religiosidade plural como a ampliação dos espaços científicos de uma Ciência engajada e forte a serviço da emancipação humana será a alternativa para a superação do atual cenário brasileiro de retrocesso das políticas sociais e da ascensão do conservadorismo que tanto compromete a convivência plural e solidária, como ameaça e fragiliza as condições de luta dos sujeitos.

Considerações finais

A experiência do Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido permitiu, a partir da metodologia, das temáticas adotadas e da articulação de um coletivo plural, um diálogo intercultural do conhecimento científico em Educação do Campo com os saberes tradicionais dos povos do campo e com as pautas de luta dos Movimentos Sociais do Campo, do Movimento Estudantil, dos Artistas e Contadores de História.

Embora houvesse clareza de que se fazia necessário o fortalecimento teórico desse campo de conhecimento, a grande bandeira explícita se orientava para o fortalecimento político e a decorrente articulação das mais variadas frentes no sentido de diminuir o efeito do atual quadro de desmonte de direitos que o povo brasileiro vive.

No entanto, ainda se vê tímida a compreensão de que o chão epistemológico que norteia a produção acadêmica em Educação do Campo no Brasil e na América Latina deve entender a opressão como núcleos multifacetados de poder, onde trabalho, raça, gênero e idade se apresentam como eixos de poder em torno dos quais o capitalismo se infiltra e se fortalece e que esses núcleos se estabelecem nas experiências datadas e

localizadas. Faz-se necessário o entendimento de que a destruição das formas de dominação não prescinde de uma articulação de diferentes e conflituosas frentes de luta, e de que a totalidade não é um sistema fixo, mas, uma articulação de elementos conflituosos, descontínuos e heterogêneos - como orienta o novo enfoque trazido pelas perspectivas descoloniais.

A multicrise por que passa a nação brasileira demanda para a centralidade do debate algumas questões, entre elas o amadurecimento teórico aliado a nossa capacidade de diálogo com a compreensão de que todo ponto de vista será sempre parcial e inconcluso. A ecologia de saberes se coloca como chão epistemológico de um pensamento pluralista e propositivo que nos provoca a desestabilizar as velhas e geopolíticas inteligibilidades, mesmo as que definem para nós um caminho emancipatório, mas com o pé no chão de outro mundo que não é o nosso, ou melhor, os nossos, porque somos muitos e espalhados por um “Sul” metafórico.

Referências

Arroyo, M. G. (2008). O Desafio de Construção de Políticas Públicas para a Educação do Campo. In *Cadernos Temáticos da Educação do Campo* (pp. 47-58). Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Educação.

Arroyo, M. G. (2015). Os Movimentos Sociais e a construção de Outros currículos. *Educar em Revista*, 55, 47-68. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.39832>

Caldart, R. S. (2002). Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In Kolling, E. J., Cerioli, P. R., & Caldart, R. S. (Orgs.), *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas* (pp. 18-25). Caderno 4. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo.

Freire, P. (1967). *Educação como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Gramsci, A. (1999). *Cadernos de cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Jesus, S. M. S. A. (2006). As Múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. In Molina, M. C. (Org.). *Educação do Campo e Pesquisa I – Questões para reflexão* (pp. 50-59). Brasília, DF: MDA.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, seção 1.

Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014, 25 de junho). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>.

Mama, A. (2010). Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Orgs.).

Epistemologias do Sul (pp. 603-637). São Paulo, SP: Cortez.

Marx, K., & Engels, F. (1999). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Moldonado-Torres, N. (2010). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 396-443). São Paulo, SP: Cortez.

Pessoa, V. M., & Rigotto, R. M. (2015). *Ecologia de saberes na tessitura de um pensamento em saúde no sertão: do conhecimento regulação às práticas emancipatórias na estratégia saúde da família*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 – PEC do Teto dos Gastos Públicos. Recuperada de: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>.

Quijano, A. (2010). Colonialidade do Poder e classificação social. In Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 84-130). São Paulo, SP: Cortez.

Resolução CNE/CEB nº 01 (2002, 03 de abril). Institui Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&Itemid=30192

Resolução CNE/CEB nº 02 (2008, 28 de abril). Estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf

Ranieri, N. B. S. (2013). O direito educacional no sistema jurídico brasileiro. In ABMP/Todos pela Educação. (Org.), *Justiça pela qualidade na educação* (pp. 55-103). São Paulo, SP: Saraiva.

Sá, L. M., & Molina, M. C. (2010). Políticas de Educação Superior no Campo. In Molina, M. C. (Org.), *Educação do Campo e Pesquisa II – Questões para reflexão* (pp. 74-83). Brasília, DF: MDA/MEC.

Santos, B. S. (2010). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp.71-94). São Paulo, SP: Cortez.

Santos, L. M. (2014). Ecologia de saberes: a experiência do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional na comunidade quilombola de Rocinha. *Revista Eletrônica Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, 8(2), 243-256. DOI: <http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v8i2.1522>

Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido. (2016). [web log post]. Recuperado de: <http://www.siecs.com.br/index.php>

Triviños, A. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas.

ⁱ Fórceps é um instrumento com que se extrai o feto do útero. Termo utilizado para fazer alusão à pressão que os Movimentos Sociais do campo fizeram para que a Educação do Campo se inserisse na Agenda Governamental como Política Pública e se tornasse campo de conhecimento onde os sujeitos do campo tivessem centralidade.

ⁱⁱ Em 29 de dezembro de 2014, o Estado da Bahia passa a tratar a política territorial como uma política

de Estado, através da publicação da Lei 13.214/2014, configurando a Bahia em vinte e sete territórios de identidade, entre eles o Piemonte Norte do Itapicuru, formado por nove municípios.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 04/07/2017
Aprovado em: 07/08/2017
Publicado em: 30/07/2018

Received on July 4th, 2017
Accepted on August 07th, 2017
Published on July 30th, 2018

Contribuições no artigo: A autora foi a responsável por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito; e aprovação da versão final a ser publicada.

Author Contributions: The author was responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version to be published.

Conflitos de interesse: A autora declarou não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Maria Elizabeth Souza Gonçalves



<http://orcid.org/0000-0003-3487-5334>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA
Gonçalves, M. E. S. (2018). Ecologia de Saberes na Educação do Campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do SIECS. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 3(2), 616-632. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p616>

ABNT

GONÇALVES, M. E. S. Ecologia de Saberes na Educação do Campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do SIECS. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 3, n. 2, mai./ago., p. 616-632, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p616>